

AMC 93

18 MAR 1963

Os equívocos da realização do plebiscito

ESTADO DE SÃO PAULO

O Fórum Informal, que reúne os líderes empresariais de maior responsabilidade ou maior peso em São Paulo encerrou anteontem reunião na qual expediu nota em que estabelece posições políticas: *reconhece* não ser esta a hora de realizar eleições sem que a Assembléia Nacional Constituinte haja concluído seus trabalhos (por sinal, os mais longos empreendidos por qualquer assembléia de igual natureza, na história deste país, sem que se saiba, 13 meses e meio depois que começou a reunir-se, quando promulgará a Carta que lhe incumbe elaborar). Indo mais longe, sugere a realização de um plebiscito, na hipótese de decidir o Congresso que se adote o sistema parlamentarista, encerrando-se a experiência presidencialista iniciada com a República e interrompida somente no curto interregno compreendido entre 1961 e 1963. Pela expressão de que se cerca esse Fórum, a atitude dos empresários que o integram não deve passar sem comentário. Cumpre pôr os pontos nos *ii* e demonstrar que estão eles incorrendo em duplo equívoco, seja no tocante a rejeitar eleições que se convocassem já, para todos os níveis, seja quanto à idéia de, por plebiscito, auscultar a tendência do eleitorado quanto à forma de governo a adotar para o Brasil, agora.

O Estado de S. Paulo sempre foi cético com relação às virtudes do sistema parlamentarista que vigo-

rasse no Brasil, instalando o gabinete que desempenhasse as atribuições de Executivo e fosse responsável perante a Câmara dos Deputados. Da mesma maneira, nunca mascaramos nosso desencanto com o presidencialismo, especialmente nos últimos três anos, tendo em vista que o coração do problema não está na vigência deste ou daquele sistema de governo, mas sim na existência de homens capazes de conduzir a nau do Estado a bom porto. O presidencialismo sob Sarney demonstrou suas fraquezas. O parlamentarismo sob Ulysses Guimarães, demonstraria às suas logo de início. A questão, assim, é toda outra.

Essa é uma das razões pelas quais o plebiscito sobre o sistema de governo é proposta sem sentido, nesta fase do debate. Ademais, a nota do Fórum Informal dos Empresários não elucida se o plebiscito seria convocado em seguida à eventual aprovação da idéia pela Assembléia Nacional Constituinte, antes mesmo de encerrados os trabalhos de elaboração da Lei Magna, ou apenas depois (e teria de ser logo depois) de a Carta promulgada. Seja como for, a solução não é satisfatória. Promovida a consulta direta antes da promulgação, o Legislativo estaria desmoralizado, o povo pagando para ver, no ato, a legitimidade da decisão tomada; promovida em seguida à data em que entrasse em vigor a nova Constitui-

ção, poderia, de saída, concorrer para que se exibissem os defeitos dela. Por que, então, pensando com rigor lógico, submeter a plebiscito apenas a forma de governo e não toda a Constituição?

Lógica formal à parte, é preciso ver que o plebiscito tem sido, em toda a parte, a arma dos totalitários, que se colocam contra o princípio da representação popular, cerne do liberalismo. Enquanto os políticos brasileiros, e o povo por seu lado, não tomarem consciência de que a representação é eleita para *representar e decidir* em nome do eleitorado — podendo os representantes não ser reconduzidos se se conduzirem mal — não haverá democracia no Brasil. É porque existe esse desprezo pela representação que pululam políticos que comovem o povo com lances demagógicos e o induzem a decidir sob a pressão de emoções, descartando o dado racional que leva sempre ao equacionamento do problema, seja matemático, seja político. Em 1963 um plebiscito pôs abaixo a emenda parlamentarista *costurada* na Constituição de 1946 (a melhor de todas as que tiveram vigência na República) a fim de que o sr. João Goulart passasse no peito a faixa de presidente da República. O próprio Goulart, interessado na retomada do presidencialismo, desencadeou custosíssima campanha para derrubar o sistema que se praticava desde setembro de 1961. A campanha foi tão

avassaladora e a apuração dos votos cercou-se de tamanho tumulto que pouquíssimos foram os privilegiados que chegaram a inteirar-se dos números que traduziram o resultado da votação. Soube-se apenas que as pretensões do sr. João Goulart haviam triunfado por ampla margem. Cumpre acentuar que, agora como ontem, o plebiscito seria a arma da corrupção eleitoral e da demagogia para empurrar goela abaixo da opinião pública uma fórmula de conveniência dos políticos; e, pois, erige-se em falsa solução, em solução espúria, a ser repelida pelos democratas sinceros ou esclarecidos.

Indague-se ainda: sobre que regime seria o povo chamado a manifestar-se: parlamentarismo puro, mitigado ou presidencializado? Só a pergunta permite que o leitor avalie a inoportunidade e a sem razão da iniciativa, máxime quando se sabe que é mínimo o nível de informação dos que votariam para sancionar ou não um sistema de governo que não tem raízes na história do Brasil, nos últimos cem anos e somente no Rio Grande do Sul possui adeptos entre os antigos maragatos. A única solução válida para o impasse político-institucional, gigantesco, carregado de presságios, em que o País se debate, seria a realização de eleições diretas-já, para renovação de todos os mandatos, executivos e legislativos, nos âmbitos federal, estadual e municipal. Disso ninguém duvide.

AMC